

A EXPANSÃO DOS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO NOVO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO PARANÁ, NO ANO LETIVO DE 2022

Ruth Mari Moreira
Prof.^a Dr.^a Marcia Valeria Paixão

Resumo

Este artigo tem como objetivo fornecer o embasamento teórico para o planejamento da oferta dos cursos do 5.º Itinerário Formativo do Novo Ensino Médio, que é a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, na rede pública estadual de ensino do Paraná, visando a expansão e a permanência desses cursos, bem como a disponibilização de conteúdos que sirvam de suporte para a comunidade escolar em geral. Os dados e demonstrativos são do período letivo de 2022. Para realizar tal ação, foram analisadas as ofertas dos cursos da EPTNM, bem como as ações tomadas pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, para a expansão dessa modalidade. A investigação se deu por meio de uma abordagem investigatória quantitativa, dos dados relativos ao número de instituições de ensino, turmas e matrículas, e da pesquisa bibliográfica documental.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica - EPT; 5.º itinerário formativo; expansão da oferta da EPT.

Abstract

This article aims to provide the theoretical basis for planning the offering of courses in the 5th Training Itinerary of the New High School, which is Professional and Technological Education – EPT, in the state public education network of Paraná, aiming at the expansion and the permanence of these courses, as well as the provision of content that serves as support for the school community in general, aiming at permanence in EPT courses. The data and statements are from the 2022 academic period. To carry out this action, the EPTNM course offerings were analyzed, as well as the actions taken by the State Department of Education – SEED, to expand this modality. The investigation took place through a quantitative investigative approach, using data relating to the number of educational institutions, classes and enrollments, and documentary bibliographic research.

Keywords: Professional and Technological Education - EPT; 5th training itinerary; expansion of the EPT offer.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM tem se consolidado como um elemento essencial para a integração entre o ensino formal e a preparação para o mundo do trabalho, especialmente, no âmbito da rede pública de ensino nacional. Este artigo busca explorar a oferta dessa modalidade educacional na rede pública estadual de ensino do Paraná, à luz das mudanças implementadas pela Reforma do Ensino Médio, sancionada pela Lei n.º 13.415/2017. Por meio de uma abordagem descritiva, qualitativa e quantitativa, baseada em uma revisão bibliográfica, documental e de dados, o estudo mapeia o cenário da EPT no Estado do Paraná, destacando a expansão que aconteceu juntamente com a chegada do Novo Ensino Médio, em 2022. Todos os documentos escolhidos foram analisados em uma perspectiva histórica, a fim de obter as mais significativas informações, sem deixar de analisar o contexto no qual foi produzido o documento, com o objetivo de interpretação e “construção compreensível de um aspecto da história humana”, com base em questionamentos do pesquisador frente a esses documentos (Pimentel, 2001, p. 193).

Com uma análise que também inclui o papel de entidades privadas na formulação de políticas públicas, o estudo reforça a importância de uma abordagem participativa, conforme proposto por Freire, 1996, na qual o diálogo entre educadores e formuladores de políticas é visto como essencial para o sucesso das intervenções educacionais.

O presente artigo é um produto educacional, sendo o resultado da tese de dissertação de mestrado com o mesmo título. Ele poderá ser utilizado como referência para orientar os interessados sobre fatores essenciais para decisões estratégicas no planejamento e expansão da EPT, indicando caminhos para o fortalecimento das políticas públicas nessa área da educação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Um breve histórico da Educação Profissional e Tecnológica - EPT

Demerval Saviani destaca que o trabalho é a ação transformadora do homem sobre a natureza, moldando-a de acordo com suas necessidades. Ou seja, a humanidade se constrói e evolui através do trabalho, que é central para sua existência

e desenvolvimento.

Os saberes e técnicas profissionais, ao longo da história, aprendidos por meio da prática e da observação, foram essenciais para a sobrevivência. Segundo Saviani, 2014 a existência humana não é garantida pela natureza, mas produzida pelos próprios seres humanos por meio do trabalho e da educação, que são fundamentais para a formação e desenvolvimento do ser humano. O autor também argumenta que o avanço das forças produtivas gerou um excedente de bens e serviços, o que levou à criação de regras para distribuição, à propriedade privada e à divisão da sociedade em classes. Essa divisão também impactou a educação, criando uma cisão entre a educação destinada aos proprietários dos bens e dos meios de produção, focada em atividades intelectuais, e a dos não proprietários, relacionada ao trabalho manual.

Entretanto, a educação profissional, como é conhecida hoje, teve seu início a partir da Revolução Industrial, que aconteceu na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, quando a manufatura foi substituída pela indústria mecânica, exigindo que os trabalhadores tivessem conhecimento técnico, o que levou à disseminação de escolas de artes e ofícios (Manacorda, 1995). Ao longo do tempo, a EPT se caracterizou pela divisão entre o ensino propedêutico, voltado à elite, e o ensino profissionalizante, destinado à classe trabalhadora, com o objetivo de preparar a mão de obra para o mercado de trabalho.

No Brasil, essa educação teve origem em um viés assistencialista, ensinando habilidades profissionais a crianças pobres e abandonadas. No entanto, tais políticas educacionais não avançaram significativamente rumo à emancipação humana, resultando em uma educação básica limitada, sem promover o pensamento crítico (Kuenzer, 1998). Segundo esse autor, essa dualidade estrutural na formação educacional brasileira reflete a divisão entre capital e trabalho, com a separação entre planejamento e supervisão, de um lado, e a execução, de outro, característica do taylorismo-fordismo.

No entanto, a EPT foi institucionalizada no país pelo Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo Presidente Nilo Peçanha (Brasil, 1909), que estabelecia escolas de aprendizes nas capitais dos estados. Em 1927, o Decreto n.º 5.241 tornou obrigatório o ensino profissional nas escolas primárias subvencionadas pela União.

A Constituição de 1937 foi a primeira a tratar especificamente do ensino profissional, técnico e industrial, declarando o ensino pré-vocacional como o primeiro

dever do Estado para as classes menos favorecidas (Brasil, 1937). Em 1942, o presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei n.º 4048, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com o objetivo de qualificar a mão de obra para as indústrias. Ainda, em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 4244) dividia o ensino em científico, clássico e profissionalizante.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB n.º 4.024/1961, durante o governo de Juscelino Kubitschek, permitiu que os formados em cursos técnicos pudessem prosseguir no ensino superior. Em 1971, a Lei n.º 5.692 impôs a profissionalização obrigatória no segundo grau, transformando as escolas públicas e privadas em instituições profissionalizantes, uma medida que foi alterada pela Lei n.º 7.044, de 1982, que removeu a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau.

A segunda LDB, Lei n.º 9.394/1996, sancionada no governo de Fernando Henrique Cardoso, e o Decreto n.º 2.208/1997, separaram a educação técnica do ensino médio, uma política reformada em 2004 pelo Decreto n.º 5.154, que reintegrou o curso técnico à modalidade de ensino médio.

Em 2008, a Lei n.º 11.741 revisou a LDB, integrando a educação profissional e tecnológica aos níveis de ensino e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Em 2011, a Lei n.º 12.513 criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que foi expandido em 2013 pela Lei n.º 12.816, aumentando o número de beneficiários do programa.

2.2 A Educação Profissional e Tecnológica - EPT e o Novo Ensino Médio - NEM

A Lei n.º 13.415/2017, conhecida como a Reforma do Ensino Médio, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9394/96 e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, a ser organizada em todo o território nacional, até o ano de 2022. Esse modelo foi instituído com a implantação de itinerários formativos, conforme descreveu o MEC:

Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e

suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar (Brasil, 2022).

Com a integração do ensino técnico profissional ao ensino médio, estabelecendo-o como um dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio - NEM, voltado para a Formação Técnica e Profissional - FTP, foi necessária uma readequação curricular nas instituições de ensino brasileiras. No Paraná, esse processo resultou na criação do Referencial Curricular para o Ensino Médio, homologado pela Resolução n.º 3.416/2021 – GS/SEED, após consultas públicas com cerca de 150 profissionais da educação básica e superior (Seed, 2021).

A Resolução n.º 03/2018 atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, buscando implementar as novas propostas do NEM. No artigo 12, item V, a resolução destaca a FTP, focando em programas educacionais que promovam a qualificação para o mundo do trabalho, adaptando os estudantes às novas condições ocupacionais e às transformações do mercado (Brasil, 2022).

Além de proporcionar qualificação profissional, o principal desafio da educação profissional no novo ensino médio é garantir a equidade na qualidade do ensino técnico em relação ao ensino tradicional. Isso requer investimentos em infraestrutura, formação docente e materiais didáticos adequados, para assegurar uma formação profissional de alto nível para todos os estudantes.

2.3 A organização e a ampliação da oferta da EPT na rede pública estadual de educação do Paraná

Com a implementação do Novo Ensino Médio - NEM, em 2022, a rede pública estadual de educação do Paraná adaptou sua matriz curricular, conforme as exigências da Lei n.º 13.415/2017. O Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR) estabeleceu a Deliberação n.º 04/2021, que institui as Diretrizes Curriculares Complementares do Ensino Médio e o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, regulamentando a oferta do ensino técnico no estado (Seed, 2021).

A estrutura curricular passou a ser composta pela Formação Geral Básica - FGB, com carga horária de até 1.800 horas, e pelos Itinerários Formativos - IF, com 1.200 horas. No caso da Educação Técnica e Profissional - EPT, a carga horária da FGB pode ser flexibilizada, dada a especificidade do currículo técnico. O ensino técnico integrado ao ensino médio foi renomeado como 5.º Itinerário Formativo - Formação Técnica e Profissional.

Os cursos técnicos ofertados até 2021 continuaram disponíveis na rede estadual, com suas matrizes curriculares reestruturadas para atender à nova legislação. Os estudantes que ingressaram antes de 2022 puderam concluir os cursos no formato curricular anterior. Além disso, houve um esforço para ampliar a oferta de EPT, em conformidade com a Meta 11, do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que visa triplicar as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, com pelo menos 50% da expansão no segmento público (Brasil, 2014).

Em 2022, 29 cursos do 5.º Itinerário Formativo foram implementados na rede pública estadual de ensino do Paraná, com destaque para os cursos: Técnico em Administração, Técnico em Agronegócio e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas. Esses cursos foram selecionados com base nos Arranjos Produtivos Locais - APL, do Paraná, respeitando o Decreto Federal n.º 6.302/2007, que busca integrar a formação geral e a profissional ao contexto produtivo e regional (Brasil, 2007).

2.4 A Expansão da EPTNM no Paraná

A expansão da EPTNM, na rede pública estadual do Paraná, foi parte de uma política mais ampla de implementação do Novo Ensino Médio (NEM), que visava adequar o currículo educacional às demandas contemporâneas ao mundo do trabalho. A oferta da EPTNM, que anteriormente era restrita a um número menor de escolas, foi significativamente ampliada a partir do ano letivo de 2022.

Entretanto, para fazer uma análise da expansão dessa modalidade de ensino, a partir do ano de 2022, foi necessário verificar o ano anterior, 2021, e o ano seguinte, 2023, conforme segue no Quadro 1:

Quadro 1: N.º aproximado de turmas e matrículas na EPTNM, na Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná, entre 2021 e 2023.

ANO	Instituições de ensino com a oferta EPTNM*	Turmas*	Matrículas*
2021	240	1.620	41.870
2022	460	2.910	81.980
2023	530	2.540	72.690

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados do Censo da Educação Básica/INEP/MEC (2021-2023).
 * Foram consideradas todas as turmas e matrículas na EPT do ensino médio, inclusive do curso de Formação de Docentes.

Considerando aproximadamente 2.090 escolas da rede, constatou-se que houve um aumento significativo, de aproximadamente 10% do total de instituições de ensino a ofertar a EPTNM, entre os anos de 2021 e 2022. Já no ano de 2023, esse aumento foi de 3%.

Fazendo um comparativo entre o ano de 2021 e 2022, sendo que o último foi o período do início da implantação no NEM e da política da expansão da EPTNM - podemos constatar que houve um aumento da oferta da EPTNM em toda a rede pública estadual do Paraná, de cerca de 80% nas turmas e 95% nas matrículas. Porém, se for comparado o ano de 2022 com o ano de 2023, houve um decréscimo de 13% no número de turmas e 11% no número de matrículas, mesmo com o aumento da quantidade de instituições de ensino da rede pública estadual a ofertar a EPTNM.

Analisando os dados, podemos considerar que a expansão da EPTNM na rede pública estadual do Paraná, entre os anos de 2021 e 2023, se destacou com um crescimento significativo no número de instituições de ensino a ofertar essa modalidade de ensino. De acordo com os dados mencionados, o número de instituições de ensino aumentou de cerca de 240 escolas ofertantes em 2021, para cerca de 530 escolas ofertantes em 2023. Esse resultado reflete uma política estadual de ampliação da oferta desta modalidade de ensino, em resposta à demanda por qualificação profissional e ao Novo Ensino Médio. O crescimento é apresentado como um progresso considerável na educação pública de responsabilidade do estado do Paraná, rumando ao cumprimento do que está estabelecido na meta 11 do Plano Nacional de Educação de 2014 - 2024.

No entanto, a análise também revela contradições importantes: embora o número de instituições de ensino a ofertar a EPTNM tenha aumentado de 2021 para 2022, o crescimento desse número desacelerou significativamente em 2023, inclusive,

com uma redução no número de turmas e matrículas. Essa desaceleração e diminuição podem ser atribuídas a fatores como: a saturação das instituições de ensino a ofertar a EPTNM, pois no primeiro ano da oferta da EPTNM no formato do Novo Ensino Médio, foram contempladas a maioria das instituições de ensino que tinham a possibilidade de ofertar. Outro aspecto considerado pode ser a adesão ao ensino técnico por parte dos estudantes que, ao ingressarem no ensino médio, não manifestaram interesse por essa modalidade de ensino, pois no planejamento de turmas e matrículas percebeu-se que as instituições de ensino tinham a possibilidade da oferta como ocorreu em 2022, mas em 2023 só teve a oferta da turma de continuidade, ou seja, da 2.^a série.

2.5 A substituição das aulas presenciais por aulas gravadas e transmitidas via Educatron, para a EPTNM, na rede pública de ensino estadual do Paraná:

A substituição das aulas presenciais por aulas gravadas é o resultado de mudanças históricas e tecnológicas na área da educação. Desde o surgimento da educação a distância - EAD, por meio do rádio e da televisão, buscou-se levar ensino a quem não tinha acesso ao modelo presencial, até a popularização da internet nos anos 1990 e a chegada das aulas gravadas, que ganharam destaque por sua flexibilidade e alcance. Vygotsky, 1998 destaca a importância da interação e da experiência no aprendizado, levantando críticas à passividade, relacionadas às aulas gravadas.

Durante a pandemia de COVID-19^{*1}, o formato EAD se consolidou como uma solução prática e emergencial, permitindo a continuidade educacional, em escala global. No entanto, Freire, 1970, já alertava para o risco da "educação bancária", uma crítica que permanece relevante na atualidade, pois esse modelo pode limitar o papel ativo tanto do professor quanto do estudante no processo de aprendizagem.

Assim, a utilização de aulas gravadas reflete tanto avanços tecnológicos quanto desafios pedagógicos, exigindo equilíbrio para preservar a interação e o dinamismo essenciais da educação presencial.

^{*1} O coronavírus (SARS-CoV-2) foi detectado em dezembro de 2019 na China e se espalhou por todo o mundo. A pandemia da COVID-19 chegou ao Brasil em março de 2020, e causou a suspensão de atividades comerciais, esportivas, de lazer e entretenimento e das atividades escolares presenciais.

A substituição das aulas presenciais com o professor por aulas gravadas que são assistidas pelos estudantes na sala de aula via Educatron, foi uma prática que gerou debates quanto à sua eficácia pedagógica, principalmente porque essas aulas se tratava das disciplinas que compõem a parte da formação técnica do curso. Uma das constatações dessa afirmação pode ser evidenciada em uma matéria da revista Retratos da Escola, publicada em 2022:

[...] estudantes do Colégio Estadual Santo Agostinho (Palotina/PR) protestam contra a falta de professores/as no ensino médio. Seguindo o que preconiza a lei da reforma, o governo do estado do Paraná implantou um modelo de 'qualificação profissional' no ensino médio baseado em telecursos produzidos por uma instituição de ensino superior privada de qualidade questionável. Os/As estudantes frequentam as escolas estaduais, mas em vez de terem aulas com professores/as, são obrigados/as a passar os dias em frente à TV. Nas salas de aula, monitores/as sem formação superior são responsáveis por ligar os aparelhos e encaminhar as dúvidas que surgirem durante as aulas'. Infelizmente, o ensino médio paranaense, na 'modalidade telecurso' [...]

Considerando a expansão da oferta dos cursos da EPTNM, e com o foco nos três cursos: Técnico em Administração, Técnico em Agronegócio e Técnico em Desenvolvimento de Sistemas, a rede pública de ensino estadual paranaense, em 2022, firmou um contrato de cooperação com a Universidade - Centro de Ensino Superior de Maringá - UNICESUMAR. A notícia também foi divulgada pelo site da Agência Estadual de Notícias.

A lei que norteia a reforma do novo ensino médio no Brasil inclui dispositivos que preveem a ampliação da oferta da educação profissional, sendo um deles o estabelecimento de parcerias na oferta das disciplinas, flexibilizando o currículo do ensino médio, permitindo a ênfase em áreas específicas de conhecimento, incluindo a formação técnica e profissional. Também prevê a possibilidade dos estudantes cursarem a formação técnica concomitantemente com o ensino médio, o que ampliaria as oportunidades de acesso à educação profissional.

Esse formato de ensino foi permitido pela legislação referente ao Novo Ensino Médio, Lei 13.415/17, em seu artigo 36, parágrafo 6.º, inciso I:

a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional.

Tal parceria aconteceu para que a referida instituição passasse a administrar aulas da EPT, das disciplinas alheias à BNCC, mas que fazem parte do 5.º itinerário formativo, específicas dos cursos: Técnico em Administração, Técnico em Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Agronegócio, conforme publicado no site da Agência Estadual de Notícias/PR. Para esses cursos, a UNICESUMAR foi responsável por produzir, ministrar e transmitir as aulas, de forma remota, através do “kit Educatron”. Conforme descrito no site da SEED, esse kit é composto por smart TV de 43 polegadas, computador, webcam, microfones, teclado com mouse pad e pedestal regulável. As aulas foram gravadas por professores contratados pela UNICESUMAR, para a transmissão via Educatron aos estudantes, com o apoio de um monitor de educação, também contratado pela UNICESUMAR, para auxiliar os estudantes, conforme estabelece o item 9. da INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 006/2022 – DEDUC/SEED, que *dispõe sobre a implantação das Matrizes Curriculares do Novo Ensino Médio – NEM e a implementação dos itinerários formativos da Educação Profissional Técnica, em consonância com a legislação vigente, a partir do ano letivo de 2022:*

9 Os componentes curriculares técnicos dos itinerários formativos dos cursos de Administração, Desenvolvimento de Sistemas e Agronegócios serão ofertados por meio de parceria, podendo ser realizados de forma síncrona mediada por tecnologia ou através de atividades não presenciais (assíncrona).

9.1 Para os Itinerários Formativos de Administração, Desenvolvimento de Sistemas e Agronegócios, a instituição de ensino contará com a presença de um monitor contratado pela parceira, que será responsável por acompanhar e viabilizar a execução das aulas síncronas mediadas por tecnologia.

Devemos reconhecer, portanto, que a função desses monitores se limita ao acompanhamento técnico, garantindo o suporte necessário para a transmissão das aulas síncronas via Educatron. Dito isso, podemos afirmar que eles não desempenham o mesmo papel que o professor que, conforme descrito por Vygotsky, é o de interpretar o conhecimento e adaptá-lo às necessidades e contextos dos estudantes, organizando um ambiente para que participem ativamente no processo de construção do saber.

Juntamente com a prática de acompanhamento de um profissional não docente para as aulas técnicas da EPTNM, somam-se os elementos que remetem a uma abordagem tecnicista na educação, a qual tem sido criticada por priorizar apenas a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, mas deixando de lado aspectos importantes da sua formação integral, com a reflexão crítica.

É importante que a educação leve em consideração não apenas a eficiência no mercado de trabalho, mas também a construção de cidadãos críticos e conscientes (Saviani, 2012). Trabalho-Educação se define, por um lado, pela crítica à abordagem conhecida como "Economia da Educação", representada pela Teoria do Capital Humano. Esta teoria posiciona a escola como um meio de equalização social, em que a empregabilidade, a desigualdade social e a disparidade entre países seriam resolvidas através do investimento individual ou nacional em educação. Em contrapartida, o campo se opõe às visões crítico-reprodutivistas, que consideram a escola no contexto capitalista como uma instituição estritamente ligada aos interesses do capital. Nessa perspectiva, o papel da escola estaria limitado à formação de trabalhadores de acordo com a subjetividade do capital e à qualificação da mão de obra, visando aumentar a produtividade e a extração de mais-valia relativa.

Moura, Filho e Silva, 2015, destacam a visão de Marx sobre a educação da classe trabalhadora e enfatiza a importância de que ela seja omnilateral, ou seja, que visa abranger tanto a educação intelectual quanto a física, juntamente com a instrução em tecnologia.

Há de se analisar cautelosamente a ampliação da EPT com o advento do NEM, no formato em que ela se construiu, conforme descreve Frigotto, 2022, em uma entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU:

[...] dos cinco itinerários formativos, os quatro primeiros seriam para a formação geral ideal e, o último, para a profissionalização. Para este é que será conduzida a maioria dos jovens, com a propaganda que se tornarão supostamente "mais empregáveis". Um termo dissimulador, porque o empregável não necessariamente será empregado. E se empregado será – nas condições em que as escolas, mesmo com parcerias, poderão oferecer o ensino técnico profissional –, será para os trabalhos simples de baixos salários. Por fim, o "novo ensino médio" é uma traição aos jovens atuais e futuras gerações, pois lhes impõe uma dupla barreira: o acesso à universidade e ao trabalho complexo.

Nessa perspectiva, conforme descrito por Ciavatta e Ramos, 2011, devemos compreender a EPT para além da forma, ou seja, a integração deve ser compreendida mais amplamente que uma forma de articulação entre os processos educativos da formação geral e da formação profissionalizante em um mesmo currículo.

O primeiro sentido que atribuímos à integração expressa uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – no processo formativo. Tal concepção pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, independentemente da forma como são ofertadas. O horizonte da formação, nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores

e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas. (Ciavatta e Ramos, 2011, p. 31)

O relato destaca a necessidade de uma compreensão ampliada da EPTNM, para que ela vá além da articulação entre a formação geral e a formação profissional. A proposta é integrar todas as dimensões da vida – trabalho, ciência e cultura – no processo formativo, promovendo uma formação politécnica e omnilateral, buscando capacitar os trabalhadores a entenderem as relações sociais e históricas, proporcionando uma visão crítica total do mundo e qual o seu papel nele.

O contexto histórico nacional e mundial, marcados pela pandemia do COVID 19, fez com que houvesse o distanciamento entre os estudantes, por um período de aproximadamente dois anos, para manter as medidas de segurança. Diante do exposto, o ano letivo de 2022 foi o primeiro em que, na rede estadual de ensino paranaense, retornou às aulas 100% presenciais. Entretanto, toda a comunidade escolar ansiava por esse retorno, com o contato presencial entre docentes e discentes.

Considerando os aspectos acima elencados, ao analisar as bibliografias citadas, concluímos que o uso do Educatron, para transmitir as aulas remotamente, pode representar uma solução prática e tecnologicamente avançada para as aulas, em locais onde não exista um professor formado na área técnica, para ministrar a aula. A utilização desse modelo de ensino remoto é uma inovação necessária, que permite a ampliação do acesso à educação em um contexto de recursos humanos e financeiros limitados. No entanto, é essencial encontrar um equilíbrio, de modo que a inclusão de tecnologias não minimize o papel do professor. O uso exclusivo de aulas remotas, que carecem da mesma dinâmica das presenciais, pode resultar em:

1. Perda da interação entre docentes e discentes: Freire, 1996, destaca a importância do diálogo entre professor e aluno para uma aprendizagem significativa. A ausência de interação direta em aulas gravadas limita essa troca ativa, prejudicando a construção do conhecimento.

2. Inflexibilidade do conteúdo: Vygotsky, 1984, ressalta a importância da mediação do professor para adaptar o ensino ao nível de desenvolvimento dos estudantes. Em aulas gravadas, essa mediação é impossibilitada, tornando o ensino mais rígido e difícil de ajustar às necessidades individuais dos estudantes.

3. Impacto na motivação e engajamento: Libâneo, 1994, argumenta que a

presença do professor em sala de aula é crucial para manter a motivação e o engajamento dos alunos, já que ele pode ajustar práticas pedagógicas em tempo real, o que não acontece em aulas gravadas.

4. Isolamento e habilidades sociais: Masetto, 1998, enfatiza que a interação em sala de aula é fundamental para o desenvolvimento de habilidades sociais. A ausência de interação nas aulas gravadas pode isolar os estudantes, limitando o desenvolvimento de competências interpessoais.

5. Desvalorização do papel do professor: Freire, 1996, também critica a desvalorização do professor em aulas gravadas, uma vez que o educador deixa de ser um mediador ativo do conhecimento e se torna apenas um fornecedor de conteúdo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, percebemos que a política educacional no Brasil é de descontinuidade, e essas inconstâncias são marcadas pelo personalismo político, ou seja, a cada mudança de governo, as políticas da gestão anterior são descontinuadas ou descartadas e dão lugar a novas propostas. Saviani, 2013, em sua obra intitulada *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, discute a evolução das políticas educacionais no país e os desafios históricos, incluindo a descontinuidade das políticas públicas na educação, afirmando que isso é prejudicial pois para cada ciclo, é necessário um tempo de maturação até que se fortaleçam e se concluam as ações anteriormente iniciadas.

Não obstante, ao examinarmos as políticas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio implementadas no Brasil, observamos que a dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino profissional é uma característica histórica no sistema de ensino brasileiro. Além disso, a influência do setor privado nas políticas educacionais continua presente, seja na elaboração de leis e programas, no apoio público à oferta privada ou na imposição de seu modelo curricular, pedagógico e de gestão no ensino público. Nesse quesito, podemos citar a elaboração da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que contou com a participação de fundações privadas, como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna e o Movimento Todos pela Educação, adotando uma abordagem focada em resultados com ênfase na preparação do

indivíduo para o mercado de trabalho; instituições privadas, como as pertencentes ao Sistema S (SENAI, SENAC, SESI), que recebem financiamento público para ofertar cursos técnicos e de qualificação profissional; a flexibilização das normas para a oferta de cursos a distância, promovida pelo setor privado em conjunto com o governo, que beneficia importantes grupos educacionais, que expandem suas matrículas em cursos de graduação e pós-graduação a distância.

A implantação do NEM foi marcada por um aprofundamento da flexibilização e precarização das relações de trabalho, reforçando a ideia de auto responsabilização do indivíduo por meio da construção do seu “projeto de vida” e da escolha do seu itinerário formativo. Esse conceito ganhou destaque com a reforma do Ensino Médio no Brasil, sendo incorporado como um dos eixos estruturantes do novo modelo, conforme estabelecido pela Lei n.º 13.415/2017. Portanto, o projeto de vida busca conectar os interesses e os talentos dos estudantes com os desafios do mundo contemporâneo. Isso é feito por meio de atividades reflexivas, oficinas e disciplinas específicas que incentivam o aluno a pensar em suas metas de curto, médio e longo prazo, alinhando-as a valores éticos e sociais. Porém, é fundamental que o Projeto de Vida considere os fatores sociais, econômicos e culturais, de acordo com a realidade de cada estudante, para que o projeto não se torne uma obrigação dela individualizada e desvinculada.

Paralelamente, a EPTNM tem sido retomada com o objetivo de atender às demandas do mercado, focando na empregabilidade e no empreendedorismo. No entanto, essa abordagem acaba resultando na preparação rápida de uma mão de obra para atuar de maneira flexível, autônoma, intermitente e, frequentemente, em condições precarizadas.

Especificamente, sobre a política da expansão da EPTNM na rede pública de ensino estadual do Paraná, a análise foi realizada a partir de números, os quais não falam por si só. Esses números necessitam ser interpretados pedagogicamente, pois caso isso não seja realizado, ele se retroalimenta de informações que não se relacionam com a instituição de ensino. Portanto, é necessário primeiramente compreender o que o dado mostra e, após, realizar um diagnóstico da situação para posteriormente partir para a ação. E isso exige um olhar atento às relações entre os dados quantitativos e os aspectos qualitativos do processo educativo. Os números, inicialmente, podem revelar tendências de crescimento na oferta, indicando as áreas e as regiões onde observou-se um maior aumento da oferta. Para tanto, esse

movimento precisa ser contextualizado, às realidades locais e vocações regionais das comunidades atendidas. Além disso, essa análise precisa considerar a qualidade dessa expansão, o que vai além de ampliar o número de instituições de ensino com a oferta da EPTNM e a quantidade de vagas criadas. É importante também observar, além das taxas de matrícula, a retenção e a conclusão dos cursos, verificando se a ampliação promoveu a educação dos estudantes de forma integral. Conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a educação integral está centrada na formação completa do ser humano, considerando suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural. Outro aspecto primordial é o impacto dessa expansão no planejamento educacional, em que os números podem evidenciar a necessidade de ajustes curriculares, e observar se o aumento da oferta foi acompanhado pela formação dos docentes e pela ampliação e adequação da infraestrutura, garantindo laboratórios, equipamentos e espaços que favoreçam o aprendizado técnico e prático.

Do ponto de vista pedagógico, esses dados devem ser traduzidos em reflexões sobre as repercussões da EPTNM na vida dos estudantes e na transformação social das comunidades atendidas. É primordial verificar como os cursos contribuem para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento regional, bem como se está promovendo a equidade, alcançando as áreas rurais, as comunidades periféricas, e as instituições de ensino com as especificidades educacionais, tais como escolas indígenas, quilombolas. Por fim, esses números precisam ser comunicados de maneira acessível e significativa, transformando dados brutos em narrativas que mobilizem a comunidade escolar, gestores e sociedade. Gráficos, infográficos e relatos de experiências podem ajudar a mostrar não apenas a expansão numérica, mas os impactos concretos da EPTNM na rede estadual. Essa abordagem integrada permite que os dados sejam utilizados como ferramentas para o planejamento e a transformação pedagógica, promovendo uma educação técnica inclusiva e de qualidade.

No caso em questão, após a análise dos dados, podemos destacar algumas fragilidades decorrentes da forma acelerada de como o processo de expansão tem ocorrido, o que ocasiona o descontentamento da comunidade escolar e, por vezes, a não adesão da EPTNM pelos estudantes.

A consulta pública, proveniente do diálogo entre os agentes públicos e a comunidade escolar é imprescindível, pois reflete a importância da participação de

todos os membros envolvidos. Essa abordagem colaborativa promove um sentimento de pertencimento, fortalecendo a relação entre a escola e a comunidade escolar. Ao ouvir e considerar as opiniões dos estudantes, pais e educadores, é possível tomar decisões mais alinhadas às necessidades daquela comunidade.

Diante do exposto, considera-se que é possível realizar um planejamento adequado para a oferta da EPTNM, no que diz respeito às questões relacionadas à infraestrutura, materiais didáticos específicos, contratação de professores para atuar nas disciplinas da base nacional comum e da área técnica, investindo também na formação continuada desses profissionais.

O itinerário formativo FTP deve ser oferecido de forma integrada e não pode ser dividido em uma série de cursos de curta duração, sob o risco de se afastar completamente das oportunidades de integração. Assim, teremos uma proposta alinhada e mais próxima da concepção da politécnica, avançando para uma formação que seja omnilateral e crítica.

Esse estudo teve como objetivo analisar os principais elementos da introdução de um novo modelo na rede pública estadual de ensino do Paraná, utilizando o método materialista histórico-dialético como fundamento, para refletir sobre os conflitos relacionados às concepções do Novo Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM.

Essa investigação buscou confrontar o modelo atual, com a proposta do Ensino Médio Integrado, que é sustentada pela concepção de uma formação omnilateral. Para isso, essa pesquisa abordou tanto a concepção quanto a implementação desse modelo, analisando as contradições e interações que surgem entre essa proposta e a realidade apresentada, com o intuito de compreender melhor as dinâmicas que influenciam a efetividade e os desafios da implementação desse modelo educacional.

A visão materialista histórico-dialética, analisa as condições materiais em que o ser humano vive e se transforma, especialmente por meio do trabalho, para compreender a realidade. O trabalho não apenas representa a ação humana sobre a natureza para garantir a sobrevivência, mas também é o meio pelo qual o homem estabelece suas relações, produz o conhecimento e a cultura, sendo essa a base para sua condição humana. Esse conhecimento, produzido ao longo da história, é organizado em teorias e repassado como conteúdo pelas instituições de ensino. Conforme Saviani, 2013, a natureza da educação e o papel da escola é o de transmitir o saber sistematizado às novas gerações.

Referente a sistematizar os conhecimentos em forma de ciência, Kuenzer, 1992, afirma que, apesar de ser produzida socialmente pela coletividade no processo de trabalho, ela é elaborada de forma privada pela classe dominante, que é a detentora dos recursos materiais e intelectuais que lhe permitem transformar o conhecimento social em teoria. Por isso, essa teoria reflete o ponto de vista dessa classe e é utilizada em seu benefício.

Referente à distribuição desigual do saber elaborado, Saviani, 2003, destaca que o conhecimento na sociedade capitalista foi desenvolvido por mecanismos para apropriar e sistematizar o saber dos trabalhadores, devolvendo-o de forma parcelada. Essa desigualdade também é o resultado da separação promovida pelo sistema capitalista entre concepção e execução, entre trabalho intelectual e manual.

Essa divisão social do trabalho é perpetuada pela dualidade estrutural no sistema de ensino, sendo a formação acadêmica e preparatória direcionada para as classes dominantes, enquanto as classes subordinadas recebem uma formação prática e instrumental. Essa tem sido a premissa predominante historicamente nas políticas educacionais brasileiras.

Em oposição a essa visão educacional de dualidade e diferenciação escolar, temos o formato do Ensino Médio Integrado, que era baseado na ideia da escola unificada e da noção de educação técnica abrangente, que busca integrar teoria e prática, tendo o trabalho como princípio educativo, visando proporcionar um desenvolvimento completo, abrangente, fundamentado nos pilares do trabalho, cultura, ciência e tecnologia.

Observamos que a EPT, conforme instituído o novo ensino médio, vem resgatando uma abordagem da educação profissional centrada na empregabilidade e no empreendedorismo. No entanto, isso acaba se traduzindo em uma formação acelerada de trabalhadores para atuarem de maneira flexível, autônoma, intermitente e em condições precarizadas.

No atual processo de expansão da EPTNM, é importante destacar algumas questões problemáticas relacionadas à forma como esse processo vem acontecendo, como a expansão de maneira acelerada, sem um planejamento adequado e sem um diálogo efetivo com a comunidade escolar.

Além disso, algumas instituições de ensino que nunca ofertaram a EPT não estão sendo devidamente preparadas e organizadas para receber essa modalidade de ensino, bem como a substituição das aulas presenciais com o professor das

disciplinas da formação técnica do curso, por aulas gravadas, foi uma prática que gerou debates quanto à sua eficácia pedagógica.

Outra problemática foi a ampliação da oferta da EPT de um mesmo curso, em instituições de ensino de regiões próximas, o que ocasiona o enfraquecimento da oferta da EPTNM naquela localidade, propiciando assim a descontinuidade da oferta na região.

Desta forma, temos:

- uma práxis que se manifesta na análise crítica da expansão da oferta da EPTNM, especialmente ao identificar as contradições entre os princípios estabelecidos no Referencial Curricular e a prática educacional observada nas instituições de ensino. O processo de analisar criticamente as condições reais de implementação dos cursos da EPTNM e propor mudanças para superar os desafios, reflete a práxis enquanto ação transformadora.
- a totalidade ao considerar a expansão da EPT no Paraná dentro de um contexto mais amplo, incluindo fatores históricos, legais, políticos e sociais. Essa perspectiva permite compreender as interações entre diferentes elementos, como as políticas públicas, a infraestrutura das instituições de ensino, a formação de professores, e as demandas do mercado de trabalho, formando um quadro completo da situação educacional.
- as contradições são evidentes quando comparamos o que preconiza o Referencial Curricular com a realidade enfrentada na implementação dos cursos técnicos. Por exemplo, a contradição entre a necessidade de adaptar os cursos às realidades locais e as limitações estruturais das instituições de ensino, ou entre o ideal de indissociabilidade entre teoria e prática e a rigidez curricular que impede essa integração. Essas contradições são exploradas para entender os desafios enfrentados pela EPT e sugerir novos caminhos para a superação desses obstáculos, visando a ampliação da sua oferta.
- a mediação pode ser vista no papel desempenhado pelas políticas públicas e pelos currículos como elementos que tentam articular as demandas do mercado de trabalho com a formação dos estudantes. Além disso, a mediação é necessária para superar as contradições identificadas, como a necessidade de flexibilizar currículos e investir em infraestrutura e formação docente para que os princípios do Referencial Curricular possam ser efetivamente implementados.

Portanto, para avançar, é necessário que seja reformulada a proposta educacional para a EPTNM, tanto no âmbito nacional quanto na rede pública estadual de ensino paranaense. Nesse ponto, o planejamento escolar é essencial, para que, a partir dele, as ações sejam eficazes. E esse planejamento deve ser realizado a partir da consulta à comunidade escolar, bem como verificando a realidade e necessidade de cada região, para a oferta de determinado curso.

Além disso, a infraestrutura adequada, com laboratórios e materiais necessários também é um diferencial para que a oferta da EPTNM apresente resultados.

Outro aspecto é o fator pessoal, ou seja, os professores. Nesse caso, ao invés de teleaulas, possibilitar as aulas presenciais, com professores que trabalharão com as disciplinas voltadas à área técnica. A valorização e a busca por esse profissional são de extrema importância. Nesse sentido, é importante promover a contratação desses profissionais e proporcionar também a eles a formação inicial e continuada.

Uma sugestão para ampliar o conhecimento dos estudantes sobre a EPTN e orientar a sua escolha, seria promover a divulgação direcionada aos alunos do 8.º e 9.º ano, incluindo visitas técnicas às escolas que oferecem essa modalidade de ensino, além de realizar feiras de cursos em cada região. Essas ações permitiriam que os estudantes compreendessem melhor o que é a EPTN, possibilitando escolhas mais assertivas e conscientes ao ingressarem no ensino médio.

No entanto, acreditamos que todos devem assumir o papel que lhe cabe para fortalecer a oferta da EPTNM, quando ela está em condições favoráveis para a oferta. O diretor da escola e o corpo docente podem ser figuras que trazem um impacto significativo no interesse dos estudantes em cursar a EPTNM. Isso pode acontecer por meio de uma gestão escolar, na qual ocorra o desenvolvimento de uma cultura de valorização dessa modalidade de ensino, desde o ingresso dos estudantes no ensino fundamental – anos finais. Aplicando a cultura de participação e de colaboração no ambiente escolar, citado por Nóvoa, 1992, o diretor escolar e os professores, ao enfatizar a importância das habilidades técnicas e profissionais, desde o início da trajetória escolar, podem incentivar positivamente os estudantes a optar e a permanecer na educação profissional.

As críticas ao modelo de expansão da EPTNM não são recentes. De acordo com Freitas, 2012, somente a ampliação do acesso à educação profissional não garante a qualidade do ensino, especialmente, quando as políticas de expansão não

são acompanhadas de investimentos adequados em infraestrutura, formação docente e materiais didáticos. Essa crítica se aplica ao caso em questão, onde a expansão numérica das instituições pode ter se dado em detrimento ao planejamento adequado para organizar a oferta, resultando em desinteresse por parte dos estudantes e, conseqüentemente, na redução das matrículas.

Por fim, embora a política de expansão da EPTNM, na rede pública de ensino estadual do Paraná, tenha sido bem-sucedida em aumentar a oferta, ela enfrenta desafios significativos relacionados à sustentabilidade da oferta e ao formato da educação oferecida. Conforme Gadotti, 2000, a educação necessita ser pensada como um processo integral, em que a expansão do acesso deve vir acompanhada de medidas que garantam a qualidade pedagógica e a relevância social do ensino ofertado. No caso do Paraná, a queda no número de turmas e matrículas, em 2023, pode indicar que os estudantes não veem valor suficiente na oferta da educação profissional ou que as condições oferecidas não são atraentes ou adequadas às suas necessidades.

Portanto, a expansão da EPTNM precisa ser repensada, não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. É necessário que as políticas públicas se concentrem não só na ampliação da oferta, mas também na criação de condições que tornem a EPTNM uma opção viável e desejável para os estudantes. Isso inclui investimento em infraestrutura, formação contínua de professores, atualização curricular e diálogo constante com as comunidades escolares para entender e responder às demandas locais. Somente assim a EPTNM poderá cumprir seu papel de forma efetiva, contribuindo para o desenvolvimento humano e social dos jovens paranaenses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.** Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 02 de julho de 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909: *Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.*** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02 de julho de 2022.

BRASIL. **Decreto Lei nº. 4048, de 22 de janeiro de 1942: Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm. Acesso em 02 de julho de 2022.

BRASIL. **Decreto 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2007.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2023.

BRASIL. **Lei nº. 4024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 02 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em 02 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no.º 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao

Estudante do Ensino Superior, e n.º 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 27 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em 02 de julho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. diário oficial da união, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição extra.

BRASIL. **Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** Brasília: Diário Oficial da União, 22/11/2018, Edição 224, Seção 1, 2018b.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, L. C. **Os Reformadores Empresariais da Educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

FREITAS, L. C. **Política educacional no Brasil: entre a agenda neoliberal e a escola pública.** Revista Brasileira de Educação, 17(50), p. 17-41. 2012.

GADOTTI, M. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito.** São Paulo: Cortez. 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1978.

KUENZER, A. Z. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão.** In: FERREIRA, Naura S. C. Gestão democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo, Cortez. 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MASETTO, M. T. **Competência Pedagógica do Professor Universitário.** São Paulo: Summus Editorial, 1998.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PARANÁ. **DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: fundamentos políticos e pedagógicos.** Curitiba. Secretaria de Estado da Educação – SEED, 2006. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_educacao_profissional.pdf. Acesso em 02/07/2022.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação - SEED. **Referencial Curricular para o Novo Ensino Médio do Paraná**. Curitiba, 2021.

SAVIANI, D. **O Choque Teórico da Politecnia**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, D. **As teorias da educação e o problema da marginalidade**. In: ESCOLA e Democracia. [S. l.: s. n.], 2012. cap. 1.

SAVIANI, D. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados. 4.^a ed., 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores** (J. Cipolla Neto, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1984.